



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

ATA N.º 05

MANDATO 2025/2029

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e seis, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Valongo, realizou-se a primeira reunião da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Valongo, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1 – Tomada de Posse do cidadão eleito pelo PS – Partido Socialista, Fernando Jorge das Neves Ferreira, de acordo com o n.º 1 do art.º 79.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação por renúncia de Ana Cláudia da Silva Almeida, de acordo com o n.º 1 e n.º 2 do art.º 76.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação; -----

2 - Tomada de Posse da cidadã eleita pelo PS – Partido Socialista, Cátia Sofia Andrade Gonçalves Lima, de acordo com o n.º 1 do art.º 79.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação por falecimento do Membro Armando Gabriel Teixeira Baltazar; -----

3 - Intervenção do público; -----

4 - Período antes da ordem do dia. -----

ORDEM DO DIA -----

1 – Designação de um cidadão para a CPCJ – Comissão de proteção de Crianças e Jovens de Valongo, nos termos da alínea l) do art.º 17.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, por desistência da cidadã Sandra Rebelo, designada pela Assembleia Municipal, devido a motivos de ordem profissional. -----

2 – DISCUTIR E VOTAR PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE: -----

2.1 - Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2026 - Mapa de Pessoal para 2026; -----

2.2 - Constituição do Conselho Municipal de Educação de Valongo para o Mandato Autárquico 2025/2029; -----

3 - Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo. -----

Estavam presentes trinta e dois elementos, cujos nomes constam da lista de presenças com as respetivas rubricas. Presentes, também, o Senhor Presidente da Câmara, Paulo Jorge Esteves Ferreira, os/as senhores/as vereadores/as Ana Maria Martins Rodrigues, Orlando Gaspar Rodrigues, Cláudia Maria Andrade Gonçalves Lima, Hélio Fernando da Silva Rebelo, Patrícia Raquel de Oliveira Lourenço, Ângela Alexandra Vieira Bragança, Rui João da Silva Marques e Rui Fernando Marques da Silva. -----

Verificou-se a substituição, ao abrigo do art.º 78º da Lei 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, dos Membros da Assembleia Municipal Carla Cristina Queirós Ferreira Marques, Clife Martim Dias Murtinheira de Lima, José António Ribeiro de Carvalho tendo sido substituídos, respetivamente, por Ilda Manuela Ferreira Pinheiro, Pedro Miguel Bouça Fernandes e Andreia Filipa Barbosa Pacheco Madeira. -

O Presidente da Assembleia Municipal, **Manuel Augusto Dias**, deu início à sessão. -----

O Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, **António Joaquim Queijo Barbosa**, procedeu à chamada dos Membros da Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Manuel Augusto Dias**, concedeu a palavra à Membro do Grupo Municipal do PS, Catarina Maria Moreira das Neves Lobo. -----

A Membro do Grupo do PS, **Catarina Maria Moreira das Neves Lobo**, apresentou o seguinte Voto de Pesar: ---

Voto de Pesar -----

No passado dia 5 de fevereiro, faleceu Armando Gabriel Teixeira Baltazar, um amigo e deputado na Assembleia Municipal de Valongo e referência maior do movimento e da inclusão das pessoas Surdas em Portugal. A sua vida foi marcada pela coragem, luta, resiliência, pelo compromisso e por um sentido profundo de serviço à Comunidade. -----

Nasceu no Porto, a 24 de março de 1951. Aos 13 anos ficou surdo, na sequência de uma meningite severa. Longe de constituir um obstáculo, a surdez tornou-se ponto de partida para uma vida de intervenção cívica, associativa e política dedicada à inclusão, à acessibilidade e à valorização da Língua Gestual Portuguesa e da cultura surda. Licenciado em Ensino da Língua Gestual Portuguesa, foi formador, mentor, dirigente associativo e um ativista incansável. Presidiu à Associação de Surdos do Porto e dirigiu a Federação Portuguesa das Associações de Surdos. Lutou pelo reconhecimento da LGP como língua e património vivo, pela valorização da cultura Surda e pela eliminação de barreiras. O seu trabalho foi reconhecido com diversas distinções, entre as quais o International Social Merit Award, atribuído pela World Federation of the Deaf. -----

Há 12 anos, em setembro de 2013, foi eleito Deputado da Assembleia Municipal de Valongo pelo Partido Socialista, tornando-se o primeiro cidadão surdo eleito em Portugal para um cargo político. Assumiu as suas funções neste órgão autárquico, em todos os mandatos, com dedicação, responsabilidade e espírito construtivo. Mesmo na última sessão da Assembleia Municipal teve intervenção ativa, mantendo até ao fim o seu compromisso com a Democracia, a causa pública, a inclusão e a dignidade humana. -----

A relevância do seu percurso foi igualmente reconhecida a nível nacional, tendo a Assembleia da República aprovado recentemente, por unanimidade, um voto de pesar pelo seu falecimento, sublinhando o seu contributo cívico e político, na afirmação de identidade e dos direitos da Comunidade Surda, na luta pela inclusão, pela Liberdade e pela Democracia. -----

A sua morte representa uma perda significativa para o Município de Valongo, para a Comunidade Surda e ouvinte e para todos quantos defendem uma democracia mais participada e uma sociedade mais justa, diversa e inclusiva. O seu exemplo perdurará como referência de humanidade, integridade e dedicação. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Valongo, reunida em sessão ordinária a 26 de fevereiro de 2026, aprova um voto de pesar pelo falecimento de Armando Baltazar e endereça à família e à Comunidade Surda as mais sentidas condolências. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Manuel Augusto Dias**, colocou à discussão este Voto de Pesar, não se tendo verificado intervenções, colocou-o à votação, sendo **aprovado por unanimidade**. -----

De seguida concedeu a palavra aos munícipes inscritos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Munícipe, **Mário da Silva Gandra**, disse que se encontrava ali na qualidade de gerente da uma sociedade Habigandra, que possui uma parcela de terreno no Lombelho, a confrontar com a rua das Escolas e a rua do Ventura. -----

Com a alteração do PDM, pela informação que tem, o Presidente da Junta da Freguesia Alfena pediu que aquele terreno e outros à volta das escolas secundárias passassem a terreno urbano, a fim de proteger as escolas e atrair mais população para o local, tendo sido favorável a que fosse retirada capacidade construtiva. -----

Disse de seguida que o seu terreno a sul confronta com um caminho público que, com construção da autoestrada desviaram para esse caminho público as águas pluviais. Essa linha de água tem uma construção e, alguém fez no seu terreno a ligação do caminho Público à rua do Ventura, o que no seu entendimento é uma injustiça. -----

O Munícipe, **Arnaldo Castro Mamede**, disse que nasceu em Alfena, tem umas casas antigas para reabilitar, aproveitando a ARU, os incentivos fiscais, taxas e facilidades de crédito. -----

Contratou um arquiteto para iniciar a reabilitação dessas habitações, entregou o projeto na Câmara, passaram meses sem qualquer resposta solicitou uma reunião para saber o que se passava, reuniram com um arquiteto que não estava ao corrente do assunto. -----

Entretanto solicitou uma reunião com o vereador do pelouro onde esteve presente o Diretor do Departamento e o Chefe de Divisão, onde lhe foi dito que entrou um PIP para aquela zona e têm de decidir de forma equitativa e, iriam estudar as situações em conjunto. Depois de todos os prazos vencidos é que iam pegar no assunto, quando cada umas das situações deveriam ser analisadas segundo as regras à data em que cada requerimento entrou na Câmara. -----

O Munícipe, **Carlos Manuel Ferreira Linhares**, disse que estão em pleno inverno e os utentes dos transportes públicos estão condenados a aguardar pelo transporte nas paragens sem abrigos. -----

A transição de concessionário do mobiliário urbano falhou, o contrato foi assinado em 18 de outubro de 2024, no entanto a Câmara adjudicou o contrato sem acautelar o que aconteceu em outros concelhos, como Matosinhos, onde a mesma empresa deixou a população meses sem os abrigos nas paragens. -----

Em 2 de outubro de 2025 a Câmara registou a intenção de rescindir o contrato por incumprimento, ou seja, em outubro a Câmara já sabia que o novo concessionário não estava a cumprir. -----

Em janeiro o anterior concessionário começou a retirar os abrigos e a solução da Câmara foi colocar tetos improvisados em estruturas que o concessionário reclama como sua propriedade. -----

Assim, gostaria de saber qual o ponto de situação quanto aos abrigos das paragens dos transportes públicos. ---

A Munícipe, **Alexandra Pinto**, disse que devido aos acontecimentos recentes no país, recorda que os riscos naturais são reais e não meramente teóricos. -----

Assim, decidiu informar-se sobre o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil do concelho de Valongo, enviou um email para a Proteção Civil de Valongo a solicitar esclarecimentos, que lhe remeteu um link para aceder à versão pública e informou que o documento se encontra em revisão. -----

Após consultar o documento verificou que o mesmo refere que não é um documento definitivo, sendo caracterizado como um instrumento flexível e dinâmico, devendo ser revisto de dois em dois anos. -----

Considerando que a versão disponibilizada data de 2014, percebe-se que a revisão é urgente, bem como após consultar mais de uma centena de páginas, no seu entender, a ideia de consulta fácil, principalmente por parte de um cidadão no meio de uma emergência, não corresponde à verdade. -----

No email que recebeu indicaram que o Serviço Municipal de Proteção Civil promove ações de sensibilização, como o exercício “A Terra Treme” e outras iniciativas, sobretudo no contexto escolar. Mas como é que alguém mais vulnerável, com dificuldades de mobilidade ou um idoso que vive sozinho, sem acesso à Internet, consegue saber como deve agir, para onde se deve dirigir numa emergência. -----

Assim, questionou, se ocorrer uma situação grave no concelho, uma inundação, um incêndio ou um sismo, onde está disponível, de forma clara e acessível, a informação prática para os valonguenses, se orientem sobre como agir em diferentes tipos de emergência. -----

O Município, **Jaime Azevedo**, disse que pretendia falar sobre a habitação social, diariamente existem dezenas de pessoas a pedirem socorro para conseguirem arrendar uma casa, pois o valor das rendas está muito alto, e há pessoas que vivem numa situação sofrível. -----

Tem o caso de três ou quatro famílias em extrema precariedade, expostas a riscos de saúde, exclusão social e vulnerabilidade estrutural. -----

A primeira família é composta por um casal e três crianças de 16, 15 e 6 anos, que estão à espera de uma resposta há 8 anos, chegando a viver em barracos junto ao lavadouro da Formiga, em condições completamente desumanas. -----

A segunda família é composta por um casal e três filhos com 6, 5 e 4 anos, que aguarda uma resposta há 6 anos. A terceira família é composta por um casal com uma criança de 4 anos, estão inscritos para habitação social há 3 anos. -----

A quarta família é composta por um casal e duas crianças de 4 e 2 anos, tendo a mãe dado à luz recentemente, estão inscritos há 3 anos sem resposta até à data. -----

Estas famílias vivem sem acesso regular à água potável, eletricidade, saneamento básico ou condições mínimas de salubridade, expondo, particularmente, as crianças a riscos sérios para a saúde e para o desenvolvimento. Trata-se de um cenário incompatível com os princípios mais básicos do Estado Social e do Ordenamento Jurídico Nacional. -----

Está ciente de que os recursos da administração pública, em particular da Câmara, são limitados e que há prioridades em avaliação. No entanto, a gravidade e persistência destas situações exige uma intervenção urgente e proporcional, por parte dos serviços competentes. -----

Relativamente a estas quatro famílias sabe que durante o último ano não foram visitadas por uma assistente social. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **Paulo Jorge Esteves Ferreira**, disse que relativamente à questão do senhor Mário Gandra, quando existe uma revisão do PDM existem cerca de trinta entidades que, normalmente, são envolvidas, e há imposições a nível nacional. -----

Por todos os fatores que têm vindo a acontecer, nomeadamente fogos, intempéries, existe uma malha mais fina e mais estreita em relação àquilo que são áreas possíveis de urbanizar e àquilo que não são. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Disse de seguida que querem investimento, querem facilitar e agilizar os licenciamentos, para que possam ser mais rápidos e ter mais habitação, mas não vão ultrapassar aquilo que são as regras da lei. -----

Quando falam da revisão de um plano diretor municipal, onde existem regras que são impostas, obviamente, vão cumprir essas regras, a comissão consultiva, com cerca de trinta entidades nacionais, regionais e municipais, dividem as áreas urbanas existentes, as que já estão infraestruturadas ou edificadas e aquelas que não têm infraestruturas. Depois existem outras condicionantes como áreas que foram sujeitas a fogos, leitos de cheia e linhas de água. -----

No caso em concreto houve uma alteração de urbano para rústico, sobre o que apresentou uma reclamação no âmbito da discussão pública, que foi atendida parcialmente, onde concordaram com aquilo que estava a ser reivindicado e que foi atribuído, mais área do que a que estaria a ser retirada, havendo uma justificação legal para o efeito. Portanto, não perdeu a área toda, a área construtiva toda, perdeu uma parte. -----

Quanto ao senhor Mamede, a justificação da contribuição para a habitação não pode ultrapassar tudo e todos, obviamente, querem atrair investimento, mas cumprindo as regras, as leis e os regulamentos. -----

Disse de seguida que o senhor Mamede já fez intervenções em reunião de Câmara e já teve reuniões, onde esteve presente, e lhe foram apresentadas soluções, que foram compreendidas e aceites pelo arquiteto do senhor Mamede. -----

Relativamente ao mobiliário urbano, foi elaborado um plano para que o processo de desinstalação articulasse com o processo de instalação, os abrigos seriam colocados à medida em que os atuais fossem retirados. -----

Disse de seguida que a intenção de rescindir o contrato com a empresa que ganhou o concurso traria mais prejuízo para aquilo que é o interesse público. -----

A 9 de fevereiro a nova empresa começou a instalar o mobiliário urbano, de acordo com o que estava previsto no caderno de encargos, e mapa de quantidades. -----

Entretanto, foram surpreendidos com a atitude da JCDecaux, que apresentou um plano que não estava de acordo com o plano de instalação tendo a empresa sido informada que não aceitavam esse plano, pois o mesmo não estava de acordo com o plano de instalação. -----

A JCDecaux meteu uma equipa durante a madrugada de domingo, sabendo que os serviços municipais não estavam a trabalhar, uma atitude incompreensível com o objetivo de provocar dano, prejudicar a população e o Município, uma empresa que não apresentou qualquer proposta no concurso. -----

Sobre a intervenção da senhora Alexandra Pinto, o Plano Municipal de Emergência não é um documento para a população, mas sim um documento de trabalho que a Proteção Civil utiliza no âmbito das suas funções. -----

Para a população existem os meios de contacto amplamente divulgados, com linhas telefónicas 24 horas, bem como há uma equipa preparada para fazer face aos problemas que possam aparecer, dependendo da dimensão da tempestade, pois ninguém está preparado para o que aconteceu em Leiria, Pombal, Batalha e Coimbra. -----

Existem equipas preparadas para atuar, a capacidade depende daquilo que é a dimensão do dano provocado pela tempestade. -----

Na altura da tempestade e crise tinham todas as equipas no terreno, na sala de operações da proteção civil estavam os bombeiros, a polícia municipal, a proteção civil, tínhamos os presidentes de junta, bem como várias equipas no terreno a patrulhar as ruas. -----

Relativamente à intervenção do senhor Jaime Azevedo, a questão da habitação social, um dos compromissos eleitorais foi arranjar soluções, porque o problema é evidente e não é só do município de Valongo, é um problema a nível europeu. -----

Estão a aguardar diretivas do Estado Central, a responsabilidade é do Estado Central, tendo em conta o volume financeiro que é necessário para acudir às necessidades de habitação. O arrendamento acessível é uma das áreas que querem implementar no Município, mas as regras têm que ser estabelecidas e o pacote financeiro tem de ser definido. -----

Quanto às quatro famílias que identificou, presume que estejam identificadas na área social, existem equipas sociais que acompanham os casos de maior fragilidade social, são acompanhados com regularidade. -----

Sobre as inscrições, é cumprida a lei, onde se estabelece a lista de espera para habitação social, no entanto essas famílias e qualquer outra pode pedir a reavaliação. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Manuel Augusto Dias**, concedeu a palavra aos Membros da Assembleia que pretendessem intervir. -----

A Membro do Grupo Municipal do PS, **Andresa Baptista da Silva**, disse que pretendiam abordar dois temas centrais para o desenvolvimento do território e qualidade de vida dos valonguenses. -----

A estratégia de mobilidade e a gestão do espaço, público, como o senhor Presidente da Câmara tem vindo a sublinhar em diversos órgãos de comunicação, Valongo é o único município da primeira linha da cintura metropolitana que ainda não é servido pela rede de metro. Esta ausência constitui uma lacuna na coesão territorial que urge corrigir, pois a ligação ao Metro não é um privilégio, mas um ganho real na qualidade de vida e uma resposta concreta às necessidades diárias de quem vive, trabalha e estuda no concelho, mais do que um meio de transporte o metro é a oportunidade estratégica para redesenhar as centralidades. -----

Contudo, a mobilidade não se esgota no metro, a linha de leixões, assume-se, também, como um eixo estruturante para o concelho e para a mobilidade regional. -----

O futuro da mobilidade em Valongo exige uma visão e um planeamento que garanta uma intermodalidade efetiva, transformando as zonas envolventes às estações em polos de dinamismo e convivência. Defendem que este compromisso se deve traduzir num concelho mais conectado, equilibrado e sustentável. -----

Nesse sentido, questionam de que forma estão a trabalhar junto das entidades competentes para que o metro e a valorização das centralidades passem do papel à realidade. Sendo a linha de Leixões estruturante para o concelho, se é esta uma prioridade para o executivo, que já foi objeto de negociações com o Governo e sua extensão até Ermesinde. Contudo, não podem projetar o futuro, ignorando as dificuldades sentidas no presente. Então, por último, importa olhar para o sistema de estacionamento tarifado, tem-se assistido a falhas frequentes no funcionamento de diversos parquímetros, que avariavam com regularidade, gerando insatisfação e condicionando a eficácia de um serviço que depende de operadores externos. -----

Esta dependência tem demonstrado limitações na manutenção e na agilidade do serviço, o que os leva a questionar se o modelo atual é o mais adequado ou se não será necessária uma maior autonomia do município nesta gestão. Considerando essas falhas, colocam, nomeadamente a possibilidade de o município assumir a propriedade e gestão direta desses equipamentos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Rui Alexandre Sévola Abreu**, disse que vivem um momento em que a população exige garantias, sobretudo quando falam de serviços públicos essenciais. -----

Primeiro, as paragens de autocarro, sabem que vão existir trinta novas paragens de autocarro, questionando se não poderia a empresa que vai colocar o equipamento começar por essas, bem como qual a previsão para o processo ficar concluído. -----

Disse, de seguida, que relativamente à Esquadra da PSP em Ermesinde voltaram a circular rumores sobre o seu eventual encerramento, criando inquietação na população residente em Ermesinde. -----

A Junta de Freguesia reuniu com o Comando da Esquadra, que assegurou que a mesma se mantém aberta e que, inclusive, passou a dispor de uma viatura para o serviço noturno, o que não elimina a necessidade de estabilidade e de garantias institucionais. -----

Assim, questionava se a Câmara pode tranquilizar a população afirmando que não existe qualquer intenção de encerrar aquela estrutura policial, e se o executivo está disposto a defender a manutenção da Esquadra dentro das suas competências, contribuindo para reforçar os seus meios e aumentar a sua capacidade de intervenção. A dimensão e a dinâmica que a cidade de Ermesinde exige, uma presença policial robusta e permanente, não podem permitir que se feche uma Esquadra para transformar o que é seguro em inseguro. -----

O Membro do Grupo Municipal do CHEGA, **José Pedro Borges da Silva Pereira**, disse que a pretendia abordar a questão da Membro que renunciou à Assembleia Municipal e agora enquadra o Gabinete de Vereação, assim questionava se essa situação ocorreu antes ou depois do pedido de renúncia. -----

De seguida questionou se, considerando o princípio da separação entre funções deliberativas e funções executivas, entende o executivo que essa movimentação respeita, plenamente, o espírito de autonomia e fiscalização própria da Assembleia Municipal. -----

Perguntou, ainda, se existiu algum procedimento interno, ou parecer jurídico que tenha enquadrado essa transição, garantindo total conformidade legal e institucional e, se o cargo agora desempenhado no Gabinete da Vereação estava previsto em mapa de pessoal, ou trata-se de uma nomeação em regime de confiança política e qual o enquadramento remuneratório. -----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, disse que para a CDU as paragens dos autocarros deviam ser um bem público, porque se fosse público podiam mudar os contratos e nada do que aconteceu teria acontecido. -----

Disse de seguida que ficou espantada quando o Presidente da Câmara disse que achou estranho a empresa privada ter tirado os tetos e não as laterais, mas as laterais é onde consta a publicidade, onde têm lucro. -----

É público que a empresa JCDecaux informou que o contrato de concessão terminou a 22 de outubro de 2024, dispondo de um prazo de 240 dias para proceder à remoção dos abrigos, sendo que a desinstalação deveria ter iniciado a 20 de junho de 2025. Segundo foi comunicado, esse processo não terá começado nessa data, tendo a empresa aguardado mais tempo antes de iniciar a remoção. -----

Entretanto, sabemos que, numa resposta de emergência à situação criada, trabalhadores da Câmara Municipal estiveram a instalar cobertos provisórios em algumas paragens. Esse esforço é de reconhecer. No entanto,

importa dizê-lo com clareza, trata-se de uma solução temporária que apenas veio tornar menos penosa a espera pelos transportes, mas não resolve estruturalmente o problema nem substitui abrigos adequados, seguros e duradouros. -----

Perante esta situação, a CDU vem requerer à Câmara Municipal de Valongo os seguintes esclarecimentos: quantas paragens de transporte público existem atualmente no concelho de Valongo; dessas, quantas dispõem de abrigo instalado; quantos dos abrigos existentes são propriedade do Município; no âmbito do concurso público para a nova concessão/instalação de abrigos, o que não foi devidamente acautelado que levou a que a empresa cessante terminasse o contrato sem que a nova entidade tivesse assegurado atempadamente a instalação dos novos equipamentos; confirma a Câmara Municipal que o contrato com a JCDecaux terminou a 22/10/2024, que existia um prazo de 240 dias para remoção dos equipamentos e que a desinstalação deveria ter começado a 20/06/2025? É verdade que a empresa aguardou para além desse prazo antes de iniciar a remoção; que medidas concretas e calendarizadas está o Município a adotar para garantir a reposição definitiva de abrigos adequados nas paragens atualmente desprovidas dessa infraestrutura. -----

Não se pode apelar à utilização do transporte público e, ao mesmo tempo, deixar os utentes expostos às intempéries. O investimento em abrigos de paragem não é acessório, é parte integrante de uma política ambiental coerente e de respeito pelas populações. -----

Disse de seguida que a CDU traz a esta Assembleia uma questão que toca diretamente a vida das populações do concelho: o acesso aos cuidados de saúde primários e, em particular, a situação das pessoas sem médico de família atribuído. -----

O acesso a médico de família é um direito essencial no âmbito do Serviço Nacional de Saúde. No entanto, continuam a chegar-nos relatos de utentes sem médico atribuído e de grandes dificuldades no acesso a consulta nos centros de saúde do concelho. -----

Neste sentido, a CDU requer que a Câmara Municipal de Valongo informe esta Assembleia sobre: qual o número total de utentes sem médico de família no concelho de Valongo; qual a distribuição desse número por freguesia; que informação foi transmitida ao Município pela Unidade Local de Saúde relativamente à colocação de novos médicos e à regularização desta situação. -----

Para além da falta de médicos de família, há uma realidade concreta que não pode ser ignorada: continuam a existir situações em que utentes se deslocam para a porta dos centros de saúde horas antes da sua abertura, numa tentativa de garantir uma consulta no próprio dia. -----

Não é aceitável que as pessoas — muitas delas idosas, doentes ou com mobilidade reduzida — tenham de esperar na rua, de pé, expostas ao frio, à chuva ou ao calor. -----

Sabemos que a organização dos serviços clínicos não é competência da autarquia. No entanto, a gestão dos edifícios é da responsabilidade da Câmara Municipal. E, sendo essa a realidade, cabe ao Município assegurar que os espaços sob a sua gestão oferecem condições mínimas de dignidade a quem deles necessita. -----

Assim, a CDU questiona: que medidas está a Câmara Municipal disponível para implementar, para melhorar as condições de espera no exterior dos centros de saúde; está o Município disponível para proceder à instalação de estruturas fixas de abrigo — nomeadamente um coberto exterior com bancos — que permitam às pessoas aguardarem em condições dignas antes da abertura dos serviços, em particular no Centro de Saúde de Alfena.

Não se trata de substituir a solução estrutural, que passa pelo reforço de profissionais e melhoria da organização do atendimento, trata-se de responder a uma situação concreta que acontece diariamente e que exige uma solução imediata. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Garantir um abrigo e lugares sentados para quem espera cuidados de saúde não é um luxo — é uma questão de respeito pelas populações. -----

A CDU entende que o Município tem condições e responsabilidade para agir nesta matéria e espera da Câmara Municipal uma resposta clara e um compromisso efetivo. -----

De seguida disse que a CDU traz a esta Assembleia a situação da empresa Retria/Recivalongo, responsável pela Unidade de Gestão de Resíduos de Construção e Demolição e pelo aterro localizado na freguesia de Sobrado. — Ao longo dos últimos anos, esta tem sido uma matéria que mobilizou populações, associações e forças políticas, devido às preocupações ambientais e de saúde pública associadas ao funcionamento daquela unidade. Essas preocupações foram, aliás, assumidas também ao nível nacional pelo Partido Comunista Português, com intervenção na Assembleia da República exigindo respostas concretas para as populações afetadas pelo aterro de Sobrado. -----

Importa reconhecer que, em mandatos anteriores, a Câmara Municipal desenvolveu diligências e tomou posições sobre esta matéria. No entanto, neste mandato, a verdade é que o assunto deixou de ser discutido publicamente neste órgão, não havendo informação atualizada prestada à Assembleia Municipal nem às populações. -----

A CDU entende que o silêncio não pode substituir o acompanhamento. A ausência de debate não significa que os problemas estejam resolvidos. Pelo contrário, exige-se transparência permanente, fiscalização contínua e informação clara. -----

Assim, ao abrigo das competências fiscalizadoras da Assembleia Municipal, a CDU requer que a Câmara Municipal de Valongo preste esclarecimentos sobre os seguintes pontos: qual é o ponto de situação atual do funcionamento da unidade gerida pela Retria / Recivalongo, designadamente no que respeita ao cumprimento das condicionantes ambientais e obrigações de monitorização; que ações de fiscalização foram realizadas no último ano pelas entidades competentes e que informação foi remetida à Câmara Municipal; que medidas de acompanhamento têm sido desenvolvidas pelo Município neste mandato relativamente a esta unidade; quando está prevista a revisão da licença de exploração da unidade; qual o calendário estimado para esse processo; que papel terá o Município nesse procedimento. -----

Disse de seguida que começava por endereçar uma palavra de solidariedade a todos aqueles que foram vítimas das tempestades. -----

As cheias que atingiram várias zonas do país no último mês voltaram a demonstrar a vulnerabilidade do território perante fenómenos meteorológicos intensos, cada vez mais frequentes. -----

O concelho de Valongo não foi exceção. Registaram-se situações preocupantes, nomeadamente na zona do Rio Ferreira, em Campo, e na zona do Rio Balsinha, em Ermesinde, onde ocorreram inundações que afetaram habitações, causando prejuízos materiais às populações. -----

Perante estes acontecimentos, importa perceber que medidas estruturais estão previstas e em que ponto se encontram. -----

Foi noticiado que a intervenção no Rio Balsinha teria início a 31 de dezembro de 2025, com um prazo de execução de 120 dias. Assim, a CDU vem requerer à Câmara Municipal os seguintes esclarecimentos: a obra prevista para o Rio Balsinha foi efetivamente iniciada; em caso afirmativo, qual o ponto de situação atual dos trabalhos; caso não tenha sido iniciada, quais os motivos do atraso e qual a nova calendarização prevista; se a intervenção já

estivesse concluída, teria contribuído, de forma significativa, para mitigar ou evitar as inundações que recentemente atingiram as habitações naquela zona. -----

Para além das intervenções pontuais em linhas de água, importa refletir sobre o modelo de ocupação do solo no concelho. A impermeabilização excessiva, com extensas áreas de cimento, asfalto e pedra, reduz drasticamente a capacidade natural de absorção das águas pluviais, aumentando o risco de escoamentos rápidos e inundações. Multiplicam-se, em várias zonas do concelho, espaços públicos e envolventes urbanas excessivamente mineralizadas, verdadeiros “jardins” de betão, onde a drenagem natural é praticamente inexistente. Esta opção tem consequências ambientais claras e agrava os efeitos de episódios de chuva intensa. -----

Neste sentido, a CDU questiona ainda: que estratégia tem o Município para aumentar as áreas permeáveis no espaço público, promovendo soluções baseadas na natureza que favoreçam a infiltração e retenção das águas pluviais; estão previstas intervenções de renaturalização, criação de zonas verdes de retenção ou alteração de projetos futuros para reduzir a impermeabilização do solo; existe um plano municipal específico de adaptação às alterações climáticas que integre estas medidas de forma estruturada; está prevista alguma intervenção para o arranjo da Rua Comendador Matos (junto à Igreja de Alfena), cujo estado se encontra agravado devido às chuvas. Acresce que, se no inverno enfrentamos o risco de cheias, aproximamo-nos agora do período de maior risco de incêndios florestais. O concelho de Valongo possui uma importante mancha florestal e zonas de interface urbano-florestal que exigem planeamento, limpeza preventiva e vigilância adequada. -----

Assim, a CDU questiona ainda: que medidas de prevenção de incêndios estão já implementadas para o próximo verão; está garantida a limpeza de faixas de gestão de combustível nas zonas de maior risco, incluindo nas áreas próximas de habitações; existe articulação reforçada com bombeiros e proteção civil municipal para resposta rápida a eventuais ocorrências. -----

Cheias no inverno e incêndios no verão são sinais claros de que o território precisa de planeamento integrado e prevenção consistente. Não podemos reagir apenas depois dos acontecimentos. É necessário antecipar, investir e proteger as populações. -----

O Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, **Arnaldo Pinto Soares**, disse que estão ali para defender o interesse dos cidadãos, pelo que pretendia colocar algumas questões, já reportadas à Câmara, mas às quais não obteve resposta. -----

Disse de seguida que em relação à rua de S. Vicente, em Alfena, uma obra pedida durante muito tempo, a solução encontrada para a obra que foi realizada, pensa não ter sido muito feliz, pois a existência de zonas mistas complicou, criando insegurança, tem uma série de maleitas que devem ser corrigidas urgentemente, como: as passeadeiras não são visíveis; zonas onde a drenagem de água não é efetuada. Situações já reportadas à Câmara. Em Alfena, como em muitas freguesias, as ruas são estreitas, algumas muito antigas e muitas casas não têm garagem e as pessoas acabam por estacionar o carro na rua, por vezes algum vizinho que tem mais dificuldade em entrar em casa resolve chamar a Polícia Municipal. A Polícia Municipal vai lá e multa todos os carros, o que considera que seja estratégia para minimizar os custos da mesma o que está a criar indignação junto da população. -----

De seguida disse que junto ao Nó do Lombelho, a Estrada Nacional 105 está cada vez mais caótica com a intensidade de tráfego, principalmente com o trânsito de pesados. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Nó do Lombelho é fundamental para o crescimento daquela parte alta, não só para Alfena, mas, também, para Valongo, com a retirada das portagens ficariam com uma circular externa que retiraria muito trânsito à Nacional 105. -----

Estas situações não estão no Orçamento nem no Plano de Atividades, mas em termos estratégicos são fundamentais para Alfena. -----

Têm-se falado muito de Metro e de iniciativas que se estão a realizar, mas, na sua opinião, o primeiro passo seria, internamente, dizerem onde querem o Metro, se é possível ou não, em termos estratégicos deveriam começar por aí, bem como Alfena também quer o Metro. -----

O Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde, **Miguel António Pereira de Oliveira**, disse que pretendia começar por abordar a questão da segurança. -----

Na última sessão da Assembleia Municipal referiu que a Esquadra da PSP, em Ermesinde, não tem os efetivos necessários para dar resposta à dimensão da cidade, o rácio de agentes por habitante não é respeitado e não consegue encontrar paralelo noutras áreas do Comando metropolitano do Porto. -----

Ermesinde tem mais de 40 mil habitantes, uma dinâmica muito própria, uma centralidade ferroviária relevante no norte do país e uma perversão urbana constante, onde é necessário um reforço de meios humanos e materiais. Disse de seguida que o estado das ruas da cidade de Ermesinde é preocupante, algumas carecem de manutenção há muitos anos, outras após as últimas tempestades ficaram num estado lastimável, e são milhares de veículos que atravessam, todos os dias as ruas de Ermesinde. -----

Assim, é urgente um plano de manutenção pontual, mas, também, a definição de intervenções de fundo que melhorem definitivamente as vias. -----

Quanto à Escola da Bela, foram anunciadas as obras e assumidas como uma prioridade, trata-se de um edifício centenário que nunca teve obras de fundo. A comunidade educativa está preocupada com as condições da escola, nomeadamente a nível da cantina. Assim, perguntava para quando o início efetivo dessas obras. -----

Relativamente ao antigo túnel da CP, existem ali pessoas em situação de sem-abrigo que merecem apoio social e respostas dignas, mesmo que não as procurem e muitas vezes não as aceitem. Trata-se de um espaço que se tornou insalubre e inseguro, com fezes, urina e lixo, afastando os cidadãos daquela passagem, que é fundamental para a cidade. -----

Assim, é urgente encontrar uma solução, equilibrando o apoio social com a garantia de salubridade e segurança para todos. -----

Quanto ao Metro, trata-se de uma questão estruturante para o futuro do concelho, embora não tenha gostado de saber dos desenvolvimentos através da comunicação social, questões desta dimensão devem ser articuladas com as juntas de freguesia, não por mera formalidade, mas por respeito institucional eficácia política. -----

Relativamente aos abrigos das paragens de autocarro, apesar de uma postura terrorista da JCDecaux, independentemente dos motivos, foi informado de que a colocação de novos abrigos já teria começado, mais uma vez numa questão que impacta na vida de milhares de ermesindenses não houve articulação com a freguesia. –

Assim, solicitava esclarecimentos sobre o plano de substituição dos abrigos na cidade de Ermesinde, quanto ao número, localização e calendarização. -----

Disse de seguida que teve a oportunidade de ver através da comunicação social que houve uma alteração do Estatuto da Lipor, que passa a ser uma empresa intermunicipal, uma das alterações prende-se com o impacto na capacidade de endividamento do Município. -----

Assim, gostaria de saber qual é o impacto previsível do Município da sua capacidade de endividamento com a alteração estatutária da Lipor. -----

De seguida, disse que a articulação entre a Câmara e as juntas é fundamental, querem fazer parte de todas as soluções, estão disponíveis para colaborar e trabalhar em conjunto, reconhece que houve trabalho para melhorar a relação institucional, têm respostas que no passado não tinham, mas têm de continuar a aprimorar a parte da informação entre a Câmara e as juntas de freguesia. -----

A Membro do Grupo Municipal do PS, **Anabela Maria Freire de Sousa**, apresentou o seguinte Voto de Pesar: --

Voto de Pesar -----

Os deputados do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Valongo vêm apresentar um Voto de Pesar pela tragédia associada às intempéries que assolaram o nosso país, nomeadamente os Distritos de Leiria, Coimbra e Santarém. -----

As intempéries provocaram morte, ferimentos, destruição de casas, empresas, de fauna e flora em múltiplos concelhos do nosso país. -----

Hoje não podemos ficar indiferentes a todos aqueles que viram as suas vidas ceifadas, aqueles que na vontade de ajudar padeceram aqueles que, na resiliência de retomar a vida, caíram. -----

A todos devemos o gesto de respeitar a sua memória, a todos devemos o respeito pela sua vida, respeitando assim os seus familiares. -----

Deste modo, a Assembleia Municipal de Valongo, reunida em sessão ordinária a 26 de fevereiro de 2026, aprova um voto de pesar e de profundo lamento por todos os cidadãos que faleceram na sequência das intempéries que assolaram o nosso país no último mês, respeitando um (1) minuto de silêncio pelas vítimas. -----

De seguida apresentou o seguinte Voto de Saudação: -----

Voto de Saudação -----

O país enfrentou uma das piores tempestades nos últimos anos. -----

Uma sessão de eventos meteorológicos que devastou parte do nosso território, destruindo a vida de milhares de pessoas. -----

Acabaram os sonhos de uma vida, onde tudo o que demorou anos para se conquistar, em poucos minutos, desapareceu, dando lugar a um vazio inimaginável. -----

Nesse vazio não havia água, não havia luz, não havia comunicações, não havia rigorosamente nada. Mas é nos momentos mais adversos que Portugal dá sinais daquilo que nos caracteriza enquanto povo. Um povo amigo, solidário, resistente e resiliente. -----

O nosso município não foi exceção e disse presente à ajuda de algumas das comunidades mais afetadas. -----

Assim foi no auxílio ao município da Batalha, onde a Câmara Municipal de Valongo disponibilizou homens e materiais, como também nos municípios de Pombal e Figueiró dos Vinhos, com a entrega e transporte de geradores para infraestruturas de apoio às populações. -----

Também as corporações dos Bombeiros Voluntários do concelho se juntaram à causa pública e assumiram que: “cada gesto fez, e continua a fazer a diferença”. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Estes gestos de apoio são sobretudo simbólicos, porque por si não recuperam casas, comércio ou edifícios públicos, mas refletem o apoio nos momentos em que outros municípios e populações mais necessitaram. ----- Foi assim que homens, mulheres, geradores e viaturas do nosso concelho, mas um pouco por todo o País, contribuíram para o primeiro apoio e para o início da recuperação dos municípios afetados. ----- Hoje, aqui, reconhecemos a solidariedade, o empenho e a disponibilidade dos autarcas, das corporações de bombeiros, da proteção civil, dos municípios que se solidarizaram, através de meios humanos e materiais, da sociedade civil. Uma palavra especial para o nosso município e os seus funcionários, bem como para as corporações de bombeiros e para os cidadãos e cidadãs que contribuíram na medida das possibilidades de cada um. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Valongo, reunida a 26 de fevereiro de 2026, delibera expressar: -----

- o seu reconhecimento aos autarcas dos municípios afetados e, nas suas pessoas, a todas as entidades envolvidas no terreno; -----*
- um reconhecimento particular às corporações de bombeiros voluntários do concelho de Valongo, ao município e aos seus funcionários que empenhadamente giram num tempo de tragédia. -----*

O Membro do Grupo Municipal do PS, **Fernando Jorge das Neves Ferreira**, apresentou o seguinte Voto de Pesar: -----

Voto de Pesar -----

O Grupo Municipal do Partido Socialista expressa o seu mais profundo pesar pelo falecimento. Marílio Moreira Cardoso, figura marcante na vida da nossa comunidade. -----

Marílio Cardoso, figura proeminente na consolidação da democracia em Alfena, exerceu o cargo de Presidente da Junta de Freguesia entre 1976 e 1979. Posteriormente, serviu como vereador na Câmara Municipal de Valongo durante três mandatos consecutivos, de 1982 a 1993. Ao longo da sua carreira política, demonstrou inabalável compromisso com os princípios democráticos, responsabilidade e integridade. Foi um cidadão profundamente comprometido com o concelho e em especial, com a freguesia de Alfena, alguém que acreditava na política como expressão do serviço público de proximidade. Ao longo do seu percurso, destacou-se pela sua disponibilidade, pelo espírito solidário e pelo respeito com que se relacionava com todos, colocando sempre as pessoas no centro da sua ação. -----

Homem de valores firmes, pai e amigo presente, deixa um legado de humanidade, seriedade e dedicação à causa pública que continuará a inspirar todos aqueles que com ele conviveram, trabalharam ou tiveram o privilégio de o conhecer. -----

Neste momento de dor e saudade, o Grupo Municipal do Partido Socialista apresenta à família e amigos as mais sentidas condolências, expressando a sua solidariedade e profundo respeito por quem parte mas deixa uma obra e um exemplo que perdurarão no tempo. -----

Assim, a Assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária de 26 de fevereiro de 2026 delibera: -----

- aprovar o voto de pesar pelo falecimento de Marílio Pereira Cardoso; -----*
- a realização de um minuto de silêncio em sua homenagem; -----*
- dar conhecimento deste voto à família. -----*

O Presidente da Câmara Municipal, **Paulo Jorge Esteves Ferreira**, disse que relativamente à estratégia de mobilidade e gestão do espaço público, o objetivo é olhar para as cinco centralidades, de cada uma das freguesias, e perceber quais são os atuais problemas de mobilidade e antecipar os problemas dos próximos 10 a 20 anos. -----

A população, tendencialmente, irá crescer, tudo aquilo que são medidas de captação de investimento também vai levar a esse crescimento, tudo aquilo que são medidas de captação de novas infraestruturas, como é o caso do Metro, também vai levar ao crescimento. Portanto, aquilo que hoje é um problema, que se prende muito com o excesso de automóveis para aquilo que é o canal público disponível. -----

Disse de seguida que tem de haver uma visão para o imediato, para resolver aquilo que são os problemas do imediato, mas antecipar o aumento desses problemas num futuro próximo e num futuro a mais longo prazo. Portanto, vão pegar naquilo que são as centralidades e redesenhar, todas, tendo em conta esses requisitos. -----

Relativamente ao Metro, felizmente, está na ordem do dia, começa a ser consensual que a injustiça social, a falta de solidariedade naquilo que é a coesão territorial necessária para uma Área Metropolitana que se quer forte não pode ter municípios a ser tratados de forma diferente, quando as condições são as mesmas. -----

Toda a gente reconhece que o Metro tem de vir ao concelho de Valongo, sendo certo que a responsabilidade devia ser da Metro, uma decisão do Estado Central que é quem financia essas operações. -----

De forma a acelerar o processo anteciparam-se e foi feito um estudo prévio, que obedeça aos requisitos, tem de ser tecnicamente viável e economicamente sustentável. -----

Portanto, efetivamente, pretendem que o Metro sirva o concelho, tiveram uma reunião com a metro onde apresentaram o estudo prévio e aquilo que foi acertado com a administração é que, na próxima semana, será identificado um grupo técnico, entre elementos da Câmara e elementos da Metro, para começar então a perceber se o estudo tem viabilidade económica e técnica, para depois se avançar para um projeto. -----

Sobre a questão dos parquímetros, a gestão do município, é algo que serve para dar oportunidade ao comércio tradicional, para haver estacionamento para os clientes e poder dinamizar, promover o comércio tradicional. -----

Os parquímetros não é um negócio para a Câmara, aquilo que se pretende é regular o estacionamento, para que exista sempre estacionamento disponível à porta do comércio tradicional. -----

Existem parquímetros que foram recondicionados para poderem funcionar, a maior parte acabou por ser vandalizada, neste momento, estão num processo de substituição por novos, têm vindo a ser substituídos ao longo do tempo. -----

Relativamente à Esquadra da PSP de Ermesinde, não tem qualquer informação de que vá encerrar, foi-lhe transmitido, pelo Comissário da PSP Maia, que não estava previsto o seu encerramento. -----

O que existe é o problema da falta de agentes, um problema que se verifica a nível nacional, que só será resolvido com melhores incentivos e melhoramento da carreira, por parte do Estado Central. -----

Sobre a questão da ex-Membro da Assembleia Municipal, Ana Almeida, esta renunciou ao Mandato antes de ser nomeada como Secretária da Vereação, não havendo qualquer incompatibilidade. -----

Quanto à questão do aterro de Sobrado nada mudou, o objetivo é encerrar o aterro o mais rápido possível. -----

Disse de seguida que em relação a problemas que se verifiquem em obras fazem aquilo que a lei permite, acionam as garantias, solicitam a intervenção do empreiteiro dando a possibilidade de corrigir. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Quanto à Polícia Municipal, o objetivo é organizar aquilo que é o espaço público, e muitas vezes promover um comportamento correto por parte das pessoas, pois existe muita falta de civismo. Quando é chamada para atuar tem de verificar tudo o que está em incumprimento. -----

Sobre o Nó do Lombelho está vertido no Orçamento um estudo, assim como uma nova saída da A4 em Ermesinde, de forma a pressionar o Governo com um estudo que demonstre a viabilidade económica e a importância social, apresentando dados. -----

Em relação ao estado das ruas, algumas foram intervencionadas há pouco tempo, mas com as intempéries os solos ficaram saturados e as bases começaram a ficar comprometidas. -----

Quanto ao arranjo dos arruamentos foi colocada em Orçamento uma rubrica genérica, de forma que fossem identificadas as ruas consideradas mais importantes pela sua centralidade e utilização, bem como o estado em que se encontram. -----

Sobre a Escola da Bela, ela está pronta a consignar, estão a aguardar a confirmação do financiamento para começarem a poder ter despesa, e saberem que vai ser paga. -----

Relativamente ao túnel de Ermesinde, as lojas estão cedidas a associações e acaba por não ter grande movimento durante o dia, eventualmente terão de repensar e criar alguma dinâmica naquele túnel. Os sem-abrigo estão a ser acompanhados pelos serviços sociais. -----

Sobre a Lipor, a constituição da empresa intermunicipal ainda está numa fase muito embrionária, a alteração dos estatutos, neste momento estão a aguardar. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Manuel Augusto Dias**, colocou à discussão o Voto de Saudação: -----

Voto de Saudação -----

O país enfrentou uma das piores tempestades nos últimos anos. -----

Uma sessão de eventos meteorológicos que devastou parte do nosso território, destruindo a vida de milhares de pessoas. -----

Acabaram os sonhos de uma vida, onde tudo o que demorou anos para se conquistar, em poucos minutos, desapareceu, dando lugar a um vazio inimaginável. -----

Nesse vazio não havia água, não havia luz, não havia comunicações, não havia rigorosamente nada. Mas é nos momentos mais adversos que Portugal dá sinais daquilo que nos caracteriza enquanto povo. Um povo amigo, solidário, resistente e resiliente. -----

O nosso município não foi exceção e disse presente à ajuda de algumas das comunidades mais afetadas. -----

Assim foi no auxílio ao município da Batalha, onde a Câmara Municipal de Valongo disponibilizou homens e materiais, como também nos municípios de Pombal e Figueiró dos Vinhos, com a entrega e transporte de geradores para infraestruturas de apoio às populações. -----

Também as corporações dos Bombeiros Voluntários do concelho se juntaram à causa pública e assumiram que: "cada gesto fez, e continua a fazer a diferença". -----

Estes gestos de apoio são sobretudo simbólicos, porque por si não recuperam casas, comércio ou edifícios públicos, mas refletem o apoio nos momentos em que outros municípios e populações mais necessitaram. -----

Foi assim que homens, mulheres, geradores e viaturas do nosso concelho, mas um pouco por todo o País, contribuíram para o primeiro apoio e para o início da recuperação dos municípios afetados. -----

Hoje, aqui, reconhecemos a solidariedade, o empenho e a disponibilidade dos autarcas, das corporações de bombeiros, da proteção civil, dos municípios que se solidarizaram, através de meios humanos e materiais, da sociedade civil. Uma palavra especial para o nosso município e os seus funcionários, bem como para as corporações de bombeiros e para os cidadãos e cidadãs que contribuíram na medida das possibilidades de cada um. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Valongo, reunida a 26 de fevereiro de 2026, delibera expressar: -----

- o seu reconhecimento aos autarcas dos municípios afetados e, nas suas pessoas, a todas as entidades envolvidas no terreno; -----

- um reconhecimento particular às corporações de bombeiros voluntários do concelho de Valongo, ao município e aos seus funcionários que empenhadamente giram num tempo de tragédia. -----

*Não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por unanimidade**. -----*

De seguida colocou à discussão o Voto de Pesar: -----

Voto de Pesar -----

Os deputados do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Valongo vêm apresentar um Voto de Pesar pela tragédia associada às intempéries que assolaram o nosso país, nomeadamente os Distritos de Leiria, Coimbra e Santarém. -----

As intempéries provocaram morte, ferimentos, destruição de casas, empresas, de fauna e flora em múltiplos concelhos do nosso país. -----

Hoje não podemos ficar indiferentes a todos aqueles que viram as suas vidas ceifadas, aqueles que na vontade de ajudar padeceram aqueles que, na resiliência de retomar a vida, caíram. -----

A todos devemos o gesto de respeitar a sua memória, a todos devemos o respeito pela sua vida, respeitando assim os seus familiares. -----

Deste modo, a Assembleia Municipal de Valongo, reunida em sessão ordinária a 26 de fevereiro de 2026, aprova um voto de pesar e de profundo lamento por todos os cidadãos que faleceram na sequência das intempéries que assolaram o nosso país no último mês, respeitando um (1) minuto de silêncio pelas vítimas. -----

*Não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por unanimidade**. -----*

Colocou de seguida à discussão o Voto de Pesar: -----

Voto de Pesar -----

O Grupo Municipal do Partido Socialista expressa o seu mais profundo pesar pelo falecimento. Marílio Moreira Cardoso, figura marcante na vida da nossa comunidade. -----

Marílio Cardoso, figura proeminente na consolidação da democracia em Alfena, exerceu o cargo de Presidente da Junta de Freguesia entre 1976 e 1979. Posteriormente, serviu como vereador na Câmara Municipal de Valongo durante três mandatos consecutivos, de 1982 a 1993. Ao longo da sua carreira política, demonstrou inabalável compromisso com os princípios democráticos, responsabilidade e integridade. Foi um cidadão profundamente comprometido com o concelho e em especial, com a freguesia de Alfena, alguém que acreditava na política como expressão do serviço público de proximidade. Ao longo do seu percurso, destacou-se pela sua disponibilidade, pelo espírito solidário e pelo respeito com que se relacionava com todos, colocando sempre as pessoas no centro da sua ação. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Homem de valores firmes, pai e amigo presente, deixa um legado de humanidade, seriedade e dedicação à causa pública que continuará a inspirar todos aqueles que com ele conviveram, trabalharam ou tiveram o privilégio de o conhecer. -----

Neste momento de dor e saudade, o Grupo Municipal do Partido Socialista apresenta à família e amigos as mais sentidas condolências, expressando a sua solidariedade e profundo respeito por quem parte mas deixa uma obra e um exemplo que perdurarão no tempo. -----

Assim, a Assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária de 26 de fevereiro de 2026 delibera: -----

- aprovar o voto de pesar pelo falecimento de Marília Pereira Cardoso; -----

- a realização de um minuto de silêncio em sua homenagem; -----

- dar conhecimento deste voto à família. -----

Não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por unanimidade.** -----

De seguida foi feito um minuto de silêncio. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Manuel Augusto Dias**, colocou à votação a inclusão do ponto 2.3 – Proposta de atribuição de senhas de presença aos Membros do Conselho de Administração da Vallis Habita, Empresa Municipal de Gestão de Empreendimentos Habitacionais do Concelho de Valongo, E.M., tendo sido **aprovada a inclusão por unanimidade** ficando, assim, a Ordem de Trabalhos: -----

2.1 - Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2026 - Mapa de Pessoal para 2026; -----

2.2 - Constituição do Conselho Municipal de Educação de Valongo para o Mandato Autárquico 2025/2029; -----

2.3 - Proposta de atribuição de senhas de presença aos Membros do Conselho de Administração da Vallis Habita, Empresa Municipal de Gestão de Empreendimentos Habitacionais do Concelho de Valongo, E.M. -----

3 - Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo. -----

De seguida colocou à votação, por escrutínio secreto o ponto 1 – Designação de um cidadão para a CPCJ – Comissão de proteção de Crianças e Jovens de Valongo, nos termos da alínea I) do art.º 17.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, por desistência da cidadã Sandra Rebelo, designada pela Assembleia Municipal, devido a motivos de ordem profissional, tendo sido **aprovado por maioria** com 14 votos a favor, 7 votos contra e 11 votos em branco. -----

De seguida, dado o adiantado da hora, colocou à votação a alteração da Ordem de Trabalhos, tendo sido **aceite por unanimidade**, ficando da seguinte forma: -----

2.1 - Constituição do Conselho Municipal de Educação de Valongo para o Mandato Autárquico 2025/2029; -----

2.2 - Proposta de atribuição de senhas de presença aos Membros do Conselho de Administração da Vallis Habita, Empresa Municipal de Gestão de Empreendimentos Habitacionais do Concelho de Valongo, E.M. -----

3 - Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo. -----

4 - Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2026 - Mapa de Pessoal para 2026; -----

Colocou de seguida à discussão o ponto 2.1 - Constituição do Conselho Municipal de Educação de Valongo para o Mandato Autárquico 2025/2029, não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por maioria** com a seguinte votação: -----

Favor: 22 votos a favor, sendo: 12 votos do Grupo Municipal do PS, 4 votos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 voto do Grupo Municipal do IL, 1 voto do Grupo Municipal da CDU e 4 votos dos Presidente de Junta das Freguesias de Alfena, Campo, Ermesinde e Valongo. -----

Abstenção: 10 abstenções, sendo: 7 abstenções do Grupo Municipal do PPD/PSD, 2 abstenções do Grupo Municipal do CDS/PP e 1 abstenção da Presidente de Junta de Freguesia de Sobrado. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Manuel Augusto Dias**, colocou de seguida à discussão o ponto 2.2 - Proposta de atribuição de senhas de presença aos Membros do Conselho de Administração da Vallis Habita, Empresa Municipal de Gestão de Empreendimentos Habitacionais do Concelho de Valongo, E.M. -----

O Membro do Grupo Municipal do CDS/PP, **Mário Rui Oliveira Monteiro**, disse que gostaria de informação sobre o assunto. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **Paulo Esteves Ferreira**, disse que estão a votar a atribuição de senhas de presença dos Membros do Conselho de Administração da Vallis Habita no valor das senhas de presença dos vereadores sem pelouros. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Manuel Augusto Dias**, colocou de seguida à votação o ponto 2.2 - Proposta de atribuição de senhas de presença aos Membros do Conselho de Administração da Vallis Habita, Empresa Municipal de Gestão de Empreendimentos Habitacionais do Concelho de Valongo, E.M., tendo sido **aprovado por maioria**, com a seguinte votação: -----

Favor: 16 votos a favor, sendo: 12 votos do Grupo Municipal do PS e 4 votos dos Presidentes de Junta das Freguesias de Alfena, Campo, Ermesinde e Valongo. -----

Contra: 8 votos contra, sendo: 7 votos do Grupo Municipal do PPD/PSD e 1 voto da Presidente de Junta da Freguesia de Sobrado. -----

Abstenção: 8 abstenções, sendo: 4 abstenções do Grupo Municipal do CHEGA, 2 abstenções do Grupo Municipal do CDS/PP, 1 abstenção do Grupo Municipal do IL e 1 abstenção do Grupo Municipal da CDU. -----

A Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Edite Maria de Carvalho Dinis Henriques**, apresentou a seguinte Declaração de Voto: -----

Declaração de Voto -----

O Grupo Municipal do Partido Social Democrata vem, nos termos regimentais, apresentar a presente declaração de voto relativamente à proposta de atribuição de senhas de presença aos membros do Conselho de Administração da Vallis Habita. -----

O Grupo Municipal do Partido Social Democrata votou contra a presente proposta por não ter sido aceite a proposta, clara e objetiva, dos nossos vereadores para limitar o pagamento de senhas de presença às reuniões ordinárias realizadas quinzenalmente. Não podemos acompanhar uma solução que abre a porta à remuneração de reuniões extraordinárias, quando o histórico demonstra que muitos dos assuntos nelas tratados não revestiam carácter de urgência ou inadiabilidade que justificasse a sua realização fora do calendário ordinário. A banalização das reuniões extraordinárias contraria o princípio da excecionalidade que lhes deve estar subjacente e fragiliza a necessária contenção e racionalidade na gestão dos dinheiros públicos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O PSD entende que a responsabilidade política. Impõe critérios claros, previsíveis e exigentes na utilização de recursos públicos, sobretudo quando estão em causa remunerações associadas ao exercício de funções. -----

A proposta apresentada pelos nossos vereadores não visava impedir o funcionamento do órgão, nem desvalorizar o trabalho desenvolvido, e sim, garantir transparência, rigor e respeito pelos contribuintes do concelho de Valongo.

Ao não acolher esta limitação, a maioria optou por um modelo menos exigente, em matéria de controle da despesa, opção com a qual não podemos concordar. -----

Pelo exposto, o Grupo Municipal do PSD de Valongo votou contra a proposta submetida à votação nesta Assembleia, reafirmando o seu compromisso com a responsabilidade financeira, a boa gestão dos recursos públicos e a defesa dos interesses dos munícipes. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Manuel Augusto Dias**, colocou à apreciação o ponto 3 - Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, não se tendo verificado intervenções. -----

De seguida colocou à apreciação da Assembleia Municipal a continuação dos trabalhos na presente reunião ou agendar uma segunda reunião. -----

A Membro do Grupo Municipal do PS, **Catarina Maria Moreira das Neves Lobo**, disse que estão a ponderar iniciar a discussão do Orçamento para 2026, em que cada Grupo Municipal tem o tempo de intervenção aumentado. -----

Se cada Grupo Municipal e presidente de junta utilizarem todo o tempo que têm disponível estão a falar de mais de três horas de duração, o que implicaria o prolongamento até cerca das quatro horas da manhã. -----

Portanto, vão discutir o documento estruturante da governação do concelho, para o fazer com seriedade e rigor no pleno das capacidades cognitivas, à meia-noite não será a melhor hora para iniciar a discussão. -----

O Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, **Arnaldo Pinto Soares**, disse que subscreve o que foi dito pela Membro Catarina Loba, mas são todos responsáveis. -----

A sessão da Assembleia iniciou às 21 horas, o que quer dizer que não seria humanamente possível discutir o Orçamento e Plano de Atividades, porque esgotariam o tempo, iam ultrapassar a meia-noite, então deveriam ter marcado uma sessão da Assembleia só para a discussão do Orçamento e Plano de Atividades. -----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Sónia Alexandra Ferrera da Silva e Sousa**, disse que uma coisa é achar que a discussão demoraria 10 minutos, outra coisa é discutir um assunto que pode levar 3 horas. -----

Assim, é da opinião que deveriam agendar uma data para a segunda reunião em que todos, ou a maioria, pudessem estar presentes. -----

O Membro do Grupo Municipal do PS, **Hugo Jorge da Rocha Padilha**, disse que o senhor Presidente da Assembleia deve marcar uma data para a realização da segunda reunião, os Membros que não puderem estar presentes podem fazer-se substituir. -----

A Presidente de Junta da Freguesia de Sobrado, **Ana Paula Cruz Lourenço**, disse que faz questão de estar presente na segunda reunião. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Manuel Augusto Dias**, agendou a segunda reunião da presente sessão para o dia 5 de março às 21.00 horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Valongo. -----

Colocou de seguida à votação a aprovação em Minuta das deliberações tomadas tendo sido **aprovado por unanimidade**, dando de seguida por encerrada a reunião. -----

Para constar lavrou-se a presente ata que, depois de devidamente lida e aprovada, será assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

O Presidente: _____

O 1.º Secretário: _____

A 2.ª Secretária: _____